

REVISTA DAS REVISTAS

Revista Forense, vol. 155, ano 51 — Setembro-outubro de 1954.

O n.º 155 da *Revista Forense* abrange, além de farta jurisprudência, artigos doutrinários de especial importância. O Ministro Seabra Fagundes, retomando o tema de uma conferência que pronunciara, em 1952, na Fundação Getúlio Vargas, esboça a evolução histórica do Poder Judiciário no Brasil, detendo-se no estudo da crise do Supremo Tribunal Federal. Carlos Medeiros Silva focaliza as autarquias estaduais e municipais, penetrando no difícil problema do controle administrativo e assinalando a existência das sociedades de economia mista estaduais. O direito financeiro é analisado por Rubens Gomes de Souza, enquanto Lino de Moraes Leme aponta as transformações do direito de família, baseando seu estudo no direito comparado. Orlando Gomes se refere à nulidade no direito contratual do trabalho e Ademir Raimundo da Silva observa quais sejam os pressupostos processuais. Uma tradução de um artigo de Roger Vidal nos revela a importância da evolução da teoria do desvio do poder na jurisprudência administrativa

ARNOLD WALD

francesa. Entre os pareceres, merecem especial destaque o do Professor Francisco Campos sobre requisições do Instituto do Açúcar e do Alcool, e o do Professor Caio Tácito sobre a teoria da imprevisão nos contratos administrativos.

Revue Trimestrielle de Droit Commercial, 7ème année, número 4, Paris.

O n.º IV de 1954 da *Revue Trimestrielle de Droit Commercial*, dirigida pelos Professores Jean Escarra e Roger Houin, compreende informações legislativas, jurisprudenciais e bibliográficas sobre o direito comercial francês e estrangeiro. Um artigo de A. Brun e M. C. Seffert aponta os esforços realizados no sentido da unificação do direito comercial europeu. Um informe do Professor Moller assinala as modificações sofridas pelo Código Comercial Alemão, em matéria de qualidade de comerciante. As crônicas convergem no estudo da organização geral do comércio, da propriedade literária e industrial, das sociedades comerciais, dos títulos de crédito do direito de falimentar, etc...